

A FELICIDADE NA COMPREENSÃO DE BENEDICTUS DE SPINOZA: DA SERVIDÃO À LIBERDADE UMA PASSAGEM DA PASSIVIDADE PARA A ATIVIDADE*

Jocilene Matias Moreira **

DOI: <https://doi.org/10.52521/conatus.v16i27.13196>

INTRODUÇÃO

Na filosofia de Spinoza, a felicidade é um assunto bastante presente, tantos em suas obras como o *Breve Tratado sobre Deus, o homem e sua felicidade*, no *Tratado da emenda do Intelecto*, na sua principal obra *Ethica*, bem como na sua própria maneira de viver, como fica evidente na correspondência com Blijenbergh. No entanto, é na *Ethica* que podemos perceber como uma experiência afetiva adequada pode nos levar ao gozo de felicidade. Para Spinoza, a felicidade significa uma vida alegre, plena e ativa, pois ser feliz é se reconhecer e se afirmar na existência, aumentando a potência e perseverando no ser.

A felicidade tem início no campo afetivo, pois é através dos encontros que conhecemos a nós mesmos e por consequência nossa potência de ação e compreensão das coisas, pois é nos encontros que há uma variação da nossa potência a qual pode aumentar ou diminuir, produzindo, dessa forma, alegria ou tristeza. “A Beatitude não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude” (E5P42), dessa forma, é porque somos felizes que somos virtuosos.

Mas, ninguém¹ até então, segundo Spinoza, determinou a natureza e a força dos afetos, e nem qual o poder que a mente tem para moderá-los. E assim, ao invés de buscarem uma compreensão sobre os afetos e nossas ações muitos abominaram e ridicularizaram, o que é absurdo, pois “nada se produz na natureza que se possa atribuir a um defeito próprio dela, pois a natureza é sempre a mesma, e uma só e a mesma, em toda parte, sua virtude e potência

de agir.” (E3Pref). Ou seja, a melhor maneira de entendermos sobre os afetos e nosso modo de agir é pelas regras da natureza, é buscando compreendê-los.

Em suma, o objetivo desta pesquisa é demonstrar, através da filosofia de Spinoza, que a felicidade constitui a nossa natureza e como podemos, por meio do conhecimento e do amor intelectual a Deus, ser felizes.

DA SERVIDÃO

Quando os afetos estão relacionados com a imaginação eles são as paixões. Segundo Chauí, as paixões não são vícios, pecados² ou doenças; são consequências de sermos parte finita de Deus, possuindo essa um número infinito de modos, que exercem poder sobre nós, ou seja, “porque somos finitos e seres originariamente corporais, somos relação com tudo que nos rodeia, e isto que nos rodeia são também causas ou forças que atuam sobre nós” (Chauí, 2011, p. 88). Assim, o poder das forças externas (passividade) que atuam sobre nós é natural. Essa passividade possui três causas: a vontade, a liberdade, e a propriedade. A primeira refere-se à necessidade do desejo para com o objeto, no intuito de nos satisfazer; a segunda consiste na liberdade como força das causas externas maiores que a nossa; e, por último, a propriedade designa uma vida de imaginações que não nos permitem ver o mundo e as coisas como são, nos fazendo encontrar satisfação no consumo e na apropriação das imagens das coisas³ e dos outros. Dessa forma, a paixão faz com que sejamos causa inadequada de nossos desejos, sendo apenas, parcialmente, causa

* Recorte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia em 2023.

** Mestra em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará.

1 Spinoza faz menção a Descartes que explica os afetos através de causas primeiras e como segundo o mesmo a mente tem um controle absoluto sobre os afetos.

2 No sentido de algo contra a Natureza.

3 “[...] Chamamos de imagens das coisas as afecções do corpo humano, cujas ideias nos representam os corpos exteriores como estando presentes, embora elas não restituam as figuras das coisas” (E2P17S).

daquilo que sentimos, fazemos e desejamos, o que nos leva à servidão⁴.

É a parte 4 da *Ética* que Spinoza dedica à servidão humana. O conceito de servidão é entendido como a impotência humana de regular e refrear a força dos afetos, de modo que somos submetidos a ela e não encontramos o domínio de si mesmo, passando a ficar sob o poder da *Fortuna*⁵, da contingência.

Chamo servidão (*servitutem voco*) à impotência humana (*humanam impotentiam*) para moderar e refrear os afetos; com efeito, o homem submetido (*obnoxius*) aos afetos não é senhor de si (*sui juris*), mas a senhora dele é a fortuna (*fortunae juris*), em cujo poder (*potestate*) ele está de tal maneira que frequentemente é coagido (*coactus sit*), embora veja o melhor para si, a seguir, porém, o pior. A causa disto e, ademais, o que os afetos têm de bom ou de mau, foi o que me propus a demonstrar nesta Parte. (E4Pref).

A servidão, para Spinoza, não é um julgamento moral sobre as paixões, mas sim uma definição de um sujeito que não tem mais o controle de si mesmo, ou seja, é uma impotência, entendida como dominação pela força dos afetos. “A servidão é impotência humana de quem, não estando sob seu próprio poder e direito, está sob o domínio de um poderio impetuoso e violento, exposto e arrastado por ele: as forças dos afetos.” (Chauí, 2016, p. 384).

4 A definição de servidão spinozana, segundo Marilena Chauí, pertence ao campo jurídico, pois Spinoza opera com as expressões jurídicas: *sui iuris* (jurisdição de si mesmo), *obnoxius* (homem sujeitado), *moderandis* (regular), *coercendis* (refrear).

5 Há quatro formas correntes do termo Fortuna: 1. Como deusa Fortuna, destino, acontecimento bom ou mau, acaso. 2. Boa fortuna, boa sorte, ventura, 3. Condição, estado, posição, e ainda com o mesmo significado; 4. Bens, haveres, riqueza, etc. Sobre qual forma Spinoza concebia esse conceito possivelmente deveria ser a maneira renascentista, mas especificamente como Maquiavel entendia, onde a Fortuna é a dominação inconsciente dos homens pelas causas exteriores que eles julgam está sob o seu controle, que de contrapartida, os dominam e os põe no campo da servidão. E segundo Chauí: A fortuna é acontecimento produzido pelo encontro acidental de causas secundárias ou causas parasitárias, isto é, causas fracas e derivadas que se aproveitam da força das causas primárias ou primeiras e produzem acontecimentos contingentes. Enquanto querer o destino é a ação do próprio homem virtuoso que conhece as causas necessárias de sua ação e das ações da Natureza, a fortuna é o lugar da pura paixão, isto é, o momento em que somos agidos por forças externas que nos dominam porque ignoramos suas causas e origens. (Chauí, 2021, p. 119).

É claro que Spinoza não se refere a uma escravidão (no sentido histórico como o sistema de trabalho em que homens e mulheres são obrigados a realizar tarefas sem receber qualquer forma de pagamento) quando discute a possibilidade da servidão humana como algo que está ligado e produzido pelos afetos.

Na *Ética* IV, a finitude humana é tensionada até o limite máximo, a servidão não é uma inadequação qualquer, e sim a maneira total de ser e existir, sentir e pensar sob a forma da impotência e da ilusão de onipotência que obscurece nossa fraqueza real. Servos é o que somos quando possuídos pela exterioridade, cujo nome a filosofia jamais cessou de pronunciar: a caprichosa Fortuna, *imperatrix mundi*, mutável como a lua, volúvel e vã, entoam os Carmina Burana (Chauí, 2016, p. 381).

Como estamos sujeitos às forças das paixões, nossa finitude nos isola de toda a natureza e nos empurra para outra direção. Com isso, qualquer coisa pode ser por acidente, resultado ou causa de qualquer outra coisa. Ora, cada parte da natureza sempre encontrará outras partes mais fortes e com mais potência do que ele, em oposição a ele e capazes de destruí-lo.

Diante disso, ele afirma que: “a força de uma paixão ou de um afeto pode superar as outras ações do homem, ou sua potência, de tal maneira que este afeto permanece, obstinadamente, nele fixado.” (E4P6). Com isso, nós nos submetemos a esse tipo de servidão devido à nossa impotência; conseqüentemente, uma pessoa pode se tornar servo ou não diante de suas paixões quando este for o caso. Assim, uma pessoa que está sujeita aos afetos não está sob seu próprio controle, mas sim do afeto, cujo poder está sujeito na medida em que é frequentemente forçado, embora ele saiba o que é melhor para si mesmo, tende a fazer o pior.

Então, fica claro que a força de uma pessoa para controlar suas emoções e desejos é insuficiente; quando se lança ao lado dessa impotência, o resultado é a servidão, que faz com que seu poder se enfraqueça diante de seus desejos, criando as condições para ser afetado e se apaixonar. Conhecer nossos afetos nos permitirá retirar-nos da servidão ou, dito de outra forma, distanciar-nos daquilo que nos traz tristezas. Em conclusão, de acordo com a filosofia spinozana, é importante cultivar

as relações que nos parecem favoráveis, que trazem alegrias e evitar aquelas que diminuem a nossa potência.

Dessa forma, a servidão é algo inteiramente da natureza humana, pois está no campo do modo finito. Assim, devemos considerar os elementos humanos, isto é, o livre arbítrio, a contingência, a imaginação, superstição, etc. De acordo com a filósofa Chauí:

Temos o quadro inicial da servidão humana. Aquele que, por impotência, deixa de estar *sui juris* para ficar sob o poderio de uma outra força experimenta quatro situações simultâneas: a da alienação (está *alienus juris*, ou, como prefere Espinosa, *alterius juris*); a da contrariedade (vendo o melhor, sente-se coagido a fazer o pior para si); a da violência (estando sob a força dos afetos, é arrastado ao pior mesmo que imagine desejar o melhor); e a da fraqueza (perda de direitos e poderes, sujeição). (Chauí, 2015, p. 385).

Para Spinoza, a realidade compõe uma ordem necessária, porém, a experiência humana ainda não consegue perceber isso, já que está aprisionada no plano imaginativo, sendo dominada pelas contingências dos objetos. E, com isso, ficamos sob o domínio das paixões, consideramos os objetos como sendo bons ou maus e vivemos em dilema de buscar e fugir desses objetos. E é nessa condição que ficamos presos a falsos valores que foram criados através da imaginação.

A presença da contingência é uma das características da servidão humana; utilizando-se da força que domina o ser humano ao estado de contrariedade. A nossa incapacidade de regular a força dos afetos faz com que fiquemos submetidos ao campo da contingência. Spinoza explica que não há nada na natureza de contingente, pois como toda a realidade é Deus e como ele é uma substância que existe e age conforme a necessidade de sua própria natureza, tudo é determinado a agir e a operar pela sua natureza divina.

Logo, nem em Deus, e nem nas coisas singulares, não há nada de contingente e sim de necessário. Logo, a contingência pode ser entendida como uma falha de nosso intelecto, pois, segundo nosso filósofo, se considerarmos as coisas sob a ordem da natureza como um todo, veremos que aquelas coisas que antes considerávamos como possível ou contingente

são determinadas por uma causa, que é Deus. Spinoza define como contingência “as coisas singulares, à medida que, quando tomamos em consideração apenas sua essência, nada encontramos que necessariamente ponha ou exclua sua existência” (E4D3). Sendo assim, a contingência ocorre quando consideramos a causa eficiente, porém, ignoramos que tal causa seja determinada. Com efeito, entendemos que tal causa é possível e não necessária ou impossível.

Apresentado o campo do possível, podemos compreender melhor porque a liberdade, enquanto livre arbítrio da vontade, pressupõe a contingência. Já que não há uma ordem necessária que determine as coisas, tudo depende da escolha de agir ou não agir sobre as coisas e, assim, o ser humano tem sua vontade livre para escolher ou não entre as coisas possíveis. Uma das ilusões do livre arbítrio, para Spinoza, é achar que o ser humano tem o poder absoluto sobre sua vontade, embora não conheça as causas que a determinam.

O processo de *emenda do intelecto* e a experiência do pensamento que tem início como *medicina do ânimo* não são o resultado de uma escolha livre feita de desejo, mas sim o resultado de uma batalha entre forças opostas em um campo de forças afetivas cuja oposição pode causar a morte de um indivíduo; e, em última análise, a decisão de mudar de vida é do contemplativo para evitar a morte. Não é que não haja vontade; ao contrário, a vontade pessoal de alguém é determinada pela necessidade. Portanto, tudo o que ocorre obedece às leis da Natureza, pois nada na natureza das coisas é contingente, mas tudo é predeterminado pela natureza divina para existir e operar de uma certa maneira.

No prefácio da Parte IV, onde a servidão é descrita como a impotência da humanidade para moderar e coibir os afetos, Spinoza diz o porquê de estarmos submetidos aos afetos e a razão pela qual não estamos sob nosso próprio controle, mas sim sob o controle da fortuna, em cujo poder nos situamos de tal maneira que frequentemente, mesmo quando vemos o melhor por nós mesmo, é compelido a continuarmos com o pior; pois “os homens são movidos mais pela opinião do que pela verdadeira razão, e porque o conhecimento verdadeiro do bem e

do mal provoca perturbações do ânimo e leva, muitas vezes, a todo tipo de licenciosidade” (E4P17S).

Ademais, mesmo que às vezes não consigamos enxergar aquilo que é melhor para nós, acabamos seguindo o pior, estando-nos à mercê da Fortuna. Apesar de termos conhecimento da nossa finitude e da existência de potências superiores às nossas, acreditamos que somos capazes de controlar os que são externos e que somos capazes de dominar as paixões, como se elas não fizessem parte de nossa natureza.

No entanto, como não existe, em Spinoza, uma noção absoluta de vontade, a liberdade não é livre arbítrio, ou uma escolha deliberada. Assim, podemos entender melhor como se dá a decisão da felicidade porque ela é feita em uma situação afetiva na qual e pela qual se decide e não uma questão do livre arbítrio da vontade. A liberdade de Deus é a capacidade de existir e agir sozinho de acordo com as exigências de sua natureza, garantindo que tudo o que resulta de sua essência ocorra necessariamente, pois “só Deus existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza (pela *prop.* 11 e pelo *corol.* 1 da *prop.* 14) e exclusivamente pela necessidade de sua natureza (pela *prop.* prec.)” (EIP17S2). Por consequência, apenas Deus é livre e como todas as coisas seguem necessariamente da natureza de Deus, tudo ocorre por necessidade e não por contingência, assim também como a vontade. Dessa forma, como bem nos demonstra Marilena Chauí:

[...] a vontade não é uma faculdade livre e absoluta de querer e não querer, diversa e independente do intelecto, nem é o poder de suspender o juízo, mas é a volição singular contida na própria ideia singular como afirmação ou negação. Assim como, em Deus, a distinção entre *potestas* e *potentia* pressupunha um poder voluntário que age contingentemente, assim também, no homem, a distinção entre intelecto e vontade pressupõe um poder voluntário que age contingentemente. Por isso mesmo cabe demonstrar que a vontade não é uma causa livre (quando o livre se identifica à ação contingente e à escolha entre possíveis) e que a mente é a ideia que afirma e nega ideias, seja quando está externamente determinada seja quando está internamente disposta (Chauí, 2016, p. 263).

Uma vez que uma ideia é um conceito que a mente forma como algo para pensar, e

uma vez que a mente é ela mesma uma ideia, ela é, portanto, uma ação determinada por Deus enquanto algo pensante. No entanto, se a vontade não é um desejo absoluto, faculdade de querer ou não querer, mas uma vontade, então ela é sempre determinada porque toda ideia é determinada. No entanto, se nossas ideias são sempre determinadas, assim nossa vontade também é.

Uma das formas da servidão é a superstição, pois, assim como na servidão, o supersticioso está no campo da imaginação, sendo uma das causas que fazem com que pensem a realidade sobre a perspectiva imaginativa. No *Tratado Teológico Político* (TTP), podemos perceber como o uso da superstição pelas religiões historicamente tem sido para manter o controle sobre a racionalidade humana, impedindo os homens de fazerem apropriadamente as coisas que lhes são próximas, deixando suas mentes nubladas com preconceitos e limitações, e até removendo a capacidade de ponderar. A superstição tem impacto nas decisões do grupo tanto quanto nas individuais. Ao retirar da pessoa a capacidade de tomar decisões por si mesma, a superstição é uma paixão negativa que causa alienação e comportamento servil nas pessoas. E isso acontece porque eles se detêm nas causas finais e desconsideram as causas que o determinam. Sobre a origem da servidão, na perspectiva spinozana, nos assevera Chauí que a servidão:

[...] não resulta dos afetos, mas das paixões ou afetos passivos. E não de todas elas em qualquer circunstância, mas da força de algumas delas sobre outras em certas circunstâncias. Passividade significa ser determinado a existir, desejar, pensar a partir das imagens exteriores que operam como causa de nossos apetites e desejos. A servidão é o momento em que a força interna do *conatus*, tendo se tornado excessivamente enfraquecida sob a ação das forças externas, submete-se a elas imaginando submetê-las. Ilusão de força na fraqueza interior externa, a servidão é deixar-se habituar pela exterioridade, deixar-se governar por ela e, mais do que isso, Espinosa a define literalmente como *alienação* (Chauí, 2011, p. 90-91).

Spinoza afirma que “a força de uma paixão ou de um afeto pode superar as outras ações do homem, ou sua potência, de tal maneira que este afeto permanece, obstinadamente, nele fixado” (E4P6). Com isso, o ser humano não consegue ter controle sobre a potência de uma

causa externa, o que lhe leva à servidão, mesmo ele sendo consciente disso. E a única maneira desse afeto ser refreado é buscar um afeto contrário e mais forte para que, assim, tanto a sua potência seja aumentada como sua força para perseverar no seu ser. E isso só é possível quando podemos compreender as conexões dos afetos e percebermos que eles são afirmações da própria natureza humana.

Quando, estando no plano razão, o ser humano tem a consciência de que está sujeito às paixões tristes causa-nos sofrimento, mesmo assim, entregamo-nos ao vício e nos deixamos guiar por algo que nos foge da nossa essência, nos levando à servidão e à impotência de nossos afetos. Logo, quando, somente quando, passamos a ser potente e nos tornamos causa adequada das nossas ações passamos a ser livres⁶.

Quando, através dos encontros, conhecemos os corpos exteriores, esse conhecimento pode nos levar também ao engano, causado pelo tipo de afecção que esse corpo nos provocou, ou seja, conhecemos apenas os efeitos e não as causas, estando mais uma vez no campo da imaginação. Ainda, à medida que conseguimos sair do campo imaginativo, passamos a ter a potência de conhecer, cujo conhecimento não é somente dos efeitos, mas também das causas. Essa atividade designa movimento do intelecto, e passamos a chamar agora de potência e não mais de padecimento do conhecimento pelas imagens. Nesse processo, evidenciamos nossa capacidade de agir e não de sermos apenas passivo, mas também ativo, bem como passamos a aprender a diferenciar uma paixão de uma ação.

O bem mais valioso para a nossa vida é o autoconhecimento, pois nos permite não mais vivermos sob o domínio de nossas paixões. Spinoza distingue três categorias de conhecimento, três modos de conhecer. A opinião e a imaginação constituem o primeiro gênero, que nos mantém em nosso lugar de servidão. O segundo gênero é a razão, é por meio dela que nós reconhecemos, conhecemos, compreendemos e organizamos nossos afetos. O terceiro gênero é a intuição, que nos permite entendermos a relação entre coisas finitas e infinitas, pois é pela intuição que podemos compreender a harmonia entre nosso mundo

interior, ordenado pela razão, e a totalidade do Ser ou a relação entre nós e Deus. Esse aprendizado intuitivo nos oferece a maior felicidade, a alegria perfeita.

A PASSAGEM DA PASSIVIDADE PARA A ATIVIDADE: A SAÍDA DA SERVIDÃO

Essa passagem da passividade para a atividade, ou seja, para a ação, acontece da seguinte maneira: quando as paixões tristes enfraquecem o ser humano, elas nos deixam dependente de forças exteriores; com isso, passamos da passividade para ação. A atividade ressalta as paixões alegres e o desejo para que supere a tristeza e fortaleça a sua própria força interior de existir. Esse movimento interno dos afetos é muito importante para compreendermos como eles agem sobre o corpo e a mente e como determina o modo de agir do ser humano.

As causas das quais os afetos se fortalecem nos ajudam a aumentar nossa capacidade de agir e, conseqüentemente, ajuda a nos tornarmos sujeitos atuantes da nossa vida, libertando-nos do controle das causas externas que nos aprisionam, pois, mesmo não sendo possível deixarmos de ser afetados, é possível sermos menos sujeito às influências externas, tornando-nos participante da nossa própria felicidade, pois “cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser” (E3P6). E nada tem algo inerente a si que permita ser destruído ou removido da existência.

O corpo e a mente são apenas um. Logo, nem o corpo e nem a mente podem agir separados. De acordo com Spinoza, as paixões não podem pertencer somente ao corpo; e são também características óbvias do próprio pensamento. Assim, as paixões se devem à passividade da matéria ou dos pensamentos. Toda a nossa trajetória afetiva começa com nossos corpos e as mentes das quais eles fazem parte. Ter um corpo significa experimentar emoções porque a mente faz parte dele e nada pode ocorrer nele sem uma ideia. Sempre que somos afetados por outro corpo ou objeto nos sentimos diferente, pois nosso corpo sente tais afecções e formamos a partir daí nossos próprios afetos. Todos sabem que a água não tem sabor, mas o prazer que sentimos ao bebê-la depende do estado do nosso corpo. Por exemplo, tomar água após uma caminhada em um dia quente é diferente de tomá-la quando estamos satisfeitos

6 Apenas Deus é absolutamente livre, o ser humano possui graus de liberdade.

após uma refeição acompanhada de suco. Além de depender do próprio estado da água: se ela está quente ou fria; ou até mesmo de sua procedência. Como exemplo também, podemos ter a melhor refeição, preparada pelo melhor chefe, ela não será tão boa se estivermos doentes, ou se não estivermos na companhia da pessoa amada. Ou seja, é nosso corpo que experimenta tais afecções, das quais as ideias que formamos são os próprios afetos, pois “a ideia de cada uma das maneiras pelas quais o corpo humano é afetado pelos corpos exteriores deve envolver a natureza do corpo humano e, ao mesmo tempo, natureza do corpo exterior”. (E3P16). As mentes humanas são capazes de compreender a natureza de vários corpos além do seu próprio. E nossas percepções dos corpos exteriores mostram mais o estado de nossos corpos do que a dos corpos exteriores.

Os afetos são partes da nossa natureza e o ser humano vive em um estado servil apenas porque ainda é impotente diante das fortunas. Então, como ele pode atingir sua liberdade, já que somos determinados pela nossa natureza? Para Spinoza, “um afeto que é uma paixão deixa de ser uma paixão assim que formamos dele uma ideia clara e distinta” (E5P3), ou seja, o ser humano só se liberta do controle das paixões, afastando-se da servidão, quando passa a ter conhecimento da rede causal dos afetos, percebendo a importância de fortalecer os afetos da alegria atingindo um estado de felicidade, tarefa difícil, porém, possível. Sobre a relação entre conhecimento e afeto, Chauí explica que:

Um conhecimento verdadeiro só pode agir sobre os afetos, passivos ou ativos, se ele próprio for um afeto. É, pois, a dimensão afetiva das ideias ou do conhecimento o que lhes permite intervir no campo afetivo. Ora, a ideia verdadeira do bom consiste em compreendê-lo como o que aumenta a potência de existir e agir, enquanto a ideia verdadeira do mau em compreendê-lo como diminuição dessa potência. Dessa maneira, o conhecimento verdadeiro do bom e do mal nos afetos, por ser uma ação da mente (e não uma paixão) será mais forte do que a ignorância. Esse conhecimento verdadeiro nos ensina que a alegria e todos os afetos dela derivados, mesmo quando passiva, é o sentimento do aumento da força para existir. (Chauí, 2011, p. 97).

Assim, o maior desafio do ser humano é essa conquista da felicidade, que só é possível através do conhecimento das causas dos nossos

afetos, conhecendo as causas daquilo que nos leva à servidão. Dessa forma, Spinoza nos propõe o redirecionamento dos afetos, para que possamos agir efetivamente no meio em que convivemos. O ser humano deve buscar todos os meios para não cair na servidão absoluta, perdendo sua liberdade e levando-o para o plano da contingência. Esse meio é a própria virtude ou potência.

Dessa maneira, a virtude da razão humana é compreender. Spinoza corresponde à virtude de agir, o viver e conservar o seu ser. No entanto, para agir conforme a virtude é necessário que sejamos conduzidos pela razão. Ora, uma ação adequada requer o conhecimento da própria ação enquanto causa adequada. A mente, através do uso da razão, irá determinar o que é útil somente àquilo que possa conduzir à compreensão, pois é de a essência da mente ser racional e, portanto, o seu “bem supremo da mente é o conhecimento de Deus e sua virtude suprema é conhecer Deus” (E4P28). Assim, a maior virtude da mente é entender ou conhecer a Deus.

Segundo Chauí, é a partir da noção de causa adequada que Spinoza define a liberdade, que decorre da nossa essência e do nosso ser, pois liberdade e necessidade não se opõem, mas se definem como a afirmação da autodeterminação do autor quando sua ação revela aquilo que ele é, necessariamente, por essência. Assim, somente Deus é absolutamente livre, na perspectiva spinozana, pois somente Deus age conforme sua necessidade, sem ser constrangido por nada e nem por ninguém. Ainda assim, o ser humano tem uma condição de libertação gradual na medida em que detêm o conhecimento de Deus e das coisas.

Diz-se livre a coisa que existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e que por si só é determinada a agir. E diz-se necessária, ou melhor, coagida, aquela coisa que é determinada por outra a existir e a operar de maneira definida e determinada. (E1Def7).

De acordo com Spinoza, a única saída da servidão é através da compreensão da natureza das coisas e da própria mente. Ele acredita que os afetos negativos como, por exemplo, o medo e a ignorância são as principais fontes de servidão e que a liberdade só pode ser alcançada pela razão e pelo conhecimento. A compreensão da natureza de Deus e do universo pode ajudar as pessoas a superar nossos conflitos e dessa forma nos tornamos mais livres.

COMO PODEMOS SER FELIZES?

Em Spinoza, a felicidade não consiste no controle ou no domínio absoluto sobre os afetos, nem muito menos em um controle absoluto sobre os bens externos da fortuna. Esse algo que se conquista em definitivo deve estar em nós mesmos e não fora de nós. Assim como não podemos mudar as coisas e as causas exteriores segundo a nossa vontade (ou a vontade de qualquer outro), a mudança que alcançamos com a felicidade é a transformação da nossa relação com as coisas.

A felicidade como potência do intelecto significa que a ação da mente é agora uma atividade internamente disposta como capaz de organizar a vida afetiva. Tudo o que era recebido como contraditório, desordenado e contingente torna-se agora coerente, ordenado e necessário. Antes estávamos à mercê dos encontros fortuitos das coisas, que apareciam como contraditórias porque ora nos causavam alegrias, ora tristezas; como desordenadas porque pareciam não atender a sequência que desejávamos; e como contingentes, porque não podíamos perceber as causas que as formavam. E toda essa experiência nos colocava em uma condição de contradição interna: éramos levados a desejar o que, no entanto, podia diminuir nossa potência de agir e pensar ou mesmo nos destruir.

Sendo o próprio afeto passivo uma ideia confusa, afirma Spinoza, ele deixa de ser uma paixão no momento em que formamos dele uma ideia clara e distinta, pois não há distinção real, mas apenas de razão, entre o afeto e esta ideia clara e distinta que dele formamos. Logo, o afeto passivo, enquanto ideia, é transformado ele mesmo numa outra ideia: uma ideia que era confusa torna-se clara e distinta. Eis porque dizíamos que as paixões sendo ideias do que se passa no corpo, constituem um problema de conhecimento. E aqui nós compreendemos melhor porque nossa salvação passa pelo “conhecimento da mente humana e de sua beatitude suprema” (E2Pref).

O conhecimento de uma paixão faz com que ela deixe de ser uma paixão e tal conhecimento é de suma importância para a nossa salvação ou felicidade. Sobre esta questão afirma Spinoza que:

Devemos, pois, nos dedicar, sobretudo, à tarefa de conhecer, tanto quanto possível, clara e

distintamente, cada afeto, para que a mente seja, assim, determinada, em virtude do afeto, a pensar aquelas coisas que percebe clara e distintamente e nas quais encontra a máxima satisfação. E para que, enfim, o próprio afeto se desvincule do pensamento da causa exterior e se vincule a pensamentos verdadeiros. (E5P4S).

O conhecimento da necessidade dos afetos, conseqüentemente, é o conhecimento de Deus como causa necessária que constitui, ao mesmo tempo, a rede de afecções dos corpos e as ideias dessas afecções, isto é, os afetos. Nesse sentido, é a partir da Proposição 14 da parte V que podemos considerar o início do caminho demonstrativo que leva ao *Amor Intelectual de Deus*, no qual consiste a felicidade, pois ela já demonstra a introdução necessária do finito (a mente) no infinito (a ideia de Deus), introdução essa que garante a inteligibilidade de todas as afecções e que, portanto, completa o trabalho de transformação dos afetos passivos em afetos ativos. E a proposição seguinte enuncia: “quem compreende a si próprio e os seus afetos, clara e distintamente, ama a Deus; e tanto mais quanto mais compreende a si próprio e seus afetos” (E5P15). Na demonstração, Spinoza remete a Proposição 53 da Parte III, da qual trata da alegria que nasce do fato de a mente considerar a si própria e sua potência de agir, alegria que é tanto maior quanto mais distintamente a mente imagina sua própria potência de agir.

Estamos, portanto, no campo próprio da *imaginação*. Por isso, a mente, imagina-se distintamente. Significa que ela se considera como causa única e exclusiva do afeto de alegria. Desse modo, eis porque no escólio dessa proposição Spinoza afirma que uma tal alegria é tanto maior quanto mais o ser humano imagina-se louvado por outros, pois nesse caso imagina-se como causa da alegria deles e ama-se mais a si próprio. Em suma, a alegria vem acompanhada da ideia de si próprio como causa. Mas no contexto da Parte V, a alegria que deriva desse conhecimento claro e distinto de si próprio e dos afetos vem acompanhada da ideia de Deus como causa. Portanto, amamos a Deus enquanto nos compreendemos e compreendemos os nossos afetos.

Da mesma forma, Aristóteles acreditava que a felicidade não poderia existir nos prazeres do corpo. Não apenas porque isso seria uma barreira ao exercício da contemplação teórica,

mas porque, uma vez que agir de acordo com a razão constitui o objetivo último do homem, o prazer não pode ser esse objetivo. Mas se assim fosse, poderia reconhecer a felicidade da virtude dado que, na virtude, uma pessoa envelhece racionalmente de acordo com a prudência, que é a própria virtude intelectual da ação. Aristóteles, no entanto, depositará nossa felicidade no conhecimento, na sabedoria e não na virtude.

Os filósofos antigos parecem ter sempre visto a questão da felicidade como o tema central das seguintes oposições: o eterno e o temporário; o fixo e o imutável; os prazeres do corpo e as virtudes da razão; as alegrias transitórias e a felicidade genuína. Além disso, outra é a oposição entre o bem e o mal e entre a virtude e o vício. Porque ter benefícios externos sempre apresentou o desafio de determinar se o que desfrutamos é de fato bom ou ruim, se pode ser considerado um benefício verdadeiro e se o benefício do que desfrutamos nos torna verdadeiramente virtuosos ou apenas levemente superior. Na realidade, uma reflexão sobre a felicidade sempre foi indissociável de uma reflexão sobre a virtude.

Para os estoicos, viver de acordo com a natureza é a verdadeira definição de virtude. Viver de acordo com a natureza é o mesmo que viver de acordo com a própria natureza, pois cada pessoa tem a tendência de buscar se preservar, valorizando tudo o que sustenta esse objetivo e rejeitando tudo o que possa resultar em sua própria destruição. O sábio feliz não é guiado pelas paixões, sua tranquilidade (*ataraxia*) decorre do fato de, apesar de residir entre as coisas, não se deixar afetar por elas. É porque o ser humano é naturalmente dotado de razão e somente a razão pode fazê-lo viver de acordo com sua própria natureza; sem razão, continuaríamos a perseguir nossas próprias tendências, paixões e desejos. É por isso que, de acordo com os estoicos, precisamos controlar o nível de nossas emoções, proteger nossa mente do que de outra forma nos causaria grande fúria. Assim, a razão nos concede o estritamente necessário, demonstrando-nos a futilidade da fama, da riqueza, do poder e dos prazeres.

Em Spinoza, o caminho que devemos percorrer para alcançar a felicidade é traçado na *Ethica* em um arranjo geométrico que tem

como âmago o conhecimento de Deus, do ser humano e dos nossos afetos associados até que alcancemos a liberdade. No entanto, é fundamental enfatizar que a liberdade não pode ser igualada à vontade, ao contrário, deve ser entendida em termos de autonomia porque, para nosso filósofo, a liberdade tem um significado divergente da maioria da tradição filosófica. Como bem nos explica Chauí:

A liberdade não é livre-arbítrio da vontade – seja esta divina ou humana –, mas a ação que segue necessariamente das leis da essência do agente, ou em outras palavras, a liberdade não é a escolha entre alternativas externas possíveis, mas a autodeterminação do agente em conformidade com a sua essência. Eis por que Espinosa introduz a enigmática expressão livre necessidade com que indica que liberdade e necessidade não se opõem e que a primeira pressupõe a segunda. (Chauí, 2011. p. 69).

Assim, o ser humano não tem escolha, pois suas ações devem seguir a ordem natural, ou seja, não fazemos aquilo que queremos, mas sim aquilo que podemos de acordo com a nossa potência. Portanto, ao invés de tomarmos decisões com base no que se quer, podemos desenvolver a capacidade de buscar situações que provavelmente resultarão em felicidade.

Spinoza defende que a ignorância é a culpada por nossas dúvidas e sofrimento, e que a razão pela qual nos sentimos compelidos a agir contra nossa natureza é porque ainda não entendemos o que causa nossas emoções. Ou seja, o conflito de interesses existe porque ainda somos incapazes de agir racionalmente já que nossos desejos determinam como conduzimos nossas vidas. Como resultado, um código moral, lei ou outro padrão obrigatório é necessário para que possamos relacionar uns com os outros. Se não nos movêssemos quase exclusivamente no círculo das paixões, essa autoridade seria desnecessária. Essas paixões são o que impedem uma pessoa de alcançar os mais altos níveis de compreensão.

Por meio da compreensão racional e da ciência intuitiva, a busca da felicidade envolve o conhecimento da mente, da essência do próprio corpo, das coisas e de Deus. Tudo começa à medida que aprendemos com nossos desejos, alegrias e tristezas por meio da experiência das emoções, e isso tem início na compreensão do amor intelectual de Deus por ele, mesmo

quando experimentamos alegria. Dessa forma, “não há nenhuma afecção do corpo da qual não possamos formar algum conceito claro e distinto” (E5P4), ou seja, não existe nada que não possa ser compreendido claro e distintamente.

Em Spinoza, a alegria é a fonte da felicidade. O processo libertador progride desde o gozo de uma alegria passiva até a conquista de uma alegria ativa. A expressão de nossa capacidade aumentada de agir, pensar ou simplesmente existir é o que experimentamos como alegria. Mas quando a alegria é passiva, envolve tristeza e, nesse caso, aumenta nossa capacidade de agir. Além disso, o pensamento tem o efeito colateral não intencional de reduzir essa capacidade, dando origem ao que chamamos de contrariedade afetiva dentro de nós. O caminho para a felicidade descreve esse processo de superação de um efeito pelo qual o nosso próprio *conatus* é aumentado, mas sem esse aumento, experimentamos tristeza, conflito e impotência.

A capacidade de experimentar a alegria é uma forma de realizarmos nossa essência, ou seja, nosso desejo. As alegrias obsessivas, no entanto, são caracterizadas pelo excesso e impedem que nossa capacidade de agir e pensar se desenvolva em todo o seu potencial. A alegria obsessiva restringe nossas ações e nos impede de afetar e ser afetados por muitas coisas ao mesmo tempo. A alegria obsessiva limita nossa capacidade de reconhecer os sentimentos de tristeza que podem surgir pelo fato de estarmos obsessivamente focados em um ou alguns benefícios que afetam uma ou algumas partes do corpo, impedindo, ao mesmo tempo, a capacidade de raciocínio da mente.

Se, então, é necessário experimentar a tristeza para experimentar a felicidade, não é porque podemos ou devemos desejar essas emoções como o custo de alcançar a felicidade, mas sim porque a experiência afetiva deve necessariamente começar com uma alegria passiva, que envolve tristeza. Como resultado, o sofrimento pode nos mostrar que as emoções felizes que buscamos na vida cotidiana não são apenas insuficientes para nos deixar felizes, mas podem até ser a raiz de nossa tristeza.

Assim, é também, através da experiência de alegrias passivas que alguém pode ser levado a trilhar o caminho da felicidade, mesmo quando essas alegrias envolvem tristeza. A experiência

educativa é realizada através dos bens finitos de que necessitamos para manter nossa existência. A experiência ensina-nos a distinguir os bens que nos entristecem (primeiro sob a imaginação, depois totalmente pela razão). Ou seja, se a dor pode demonstrar o “caminho para a felicidade”, ela o faz especificamente em relação à alegria experimentada, e não apenas como tristeza. Somente quando o resultado de alegrias passionais é que a tristeza pode ser útil, isto é, boa. Como tal, ela desempenha um papel construtivo em nossa experiência afetiva, ajudando a alterar o desejo e redirecioná-lo para a felicidade genuína.

Espinoza demonstra que, em qualquer circunstância, seja na paixão, seja na ação, seja na alegria, seja na tristeza, nosso *conatus* sempre realiza um mesmo ato, qual seja, buscar relações com o que nos fortalece e desfazer os laços com o que nos enfraquece. Lembremos que nosso corpo é uma singularidade dinâmica constituída por relações de proporções no movimento de seus constituintes. Todo o trabalho do *conatus* consiste em conservar a proporção interna do corpo, variando a intensidade dessa proporção conforme nossa vida nos faz seres cada vez mais complexos. A vida do corpo e da mente é uma intensa troca de relações internas e externas que conserva a individualidade como proporções dos constituintes, de sorte que essa troca aumenta com o aumento de nossas capacidades corporais e psíquicas no curso de nossa experiência. Assim, o *conatus* resiste à destruição e opera não só para a conservação, mas para o aumento das capacidades vitais de nosso corpo e de nossa mente. (Chauí, 2011, p. 91).

Dessa maneira, é por meio da experiência de alegrias passivas que nosso *conatus* pode ser levado a experimentar o caminho da felicidade, mesmo quando essas alegrias envolvem tristeza.

A presença de um indício de alegria, ou contentamento, como força transformadora, marca o processo libertador em que o desejo se transforma em felicidade. Afeto, que concorda com a razão acima de tudo, é quem está operando no momento crucial da difícil decisão de felicidade. A decisão pela felicidade, como vimos, não é o resultado de uma decisão livre tomada por uma vontade absoluta, mas sim o resultado de uma batalha entre afetos opostos. Quando, e se, existe ou houver alegrias suficientemente fortes para superar a tristeza, a decisão pela felicidade emerge desse impasse.

Quando entramos no gozo da razão como afetos de alegria, que já está ocorrendo no momento da emenda, começamos a entrar na felicidade. Se o problema da decisão recebe tanta importância, então é razoável supor que o ponto em que alguém começa a se perguntar o que é a “verdadeira felicidade” já é o começo da felicidade. Isso porque, nesse ponto, mudamos nossa relação com nossa própria razão, que é então experimentado como uma coisa boa, ou uma emoção de alegria. Assim, a razão pela qual um afeto causa outra maneira de existir significa que não temos controle absoluto sobre eles, mas podemos conhecê-los e, dessa forma, moderá-los.

Devemos, pois, nos dedicar, sobretudo, à tarefa de conhecer, tanto quanto possível, clara e distintamente, cada afeto, para que a mente seja, assim, determinada, em virtude do afeto, a pensar aquelas coisas que percebe clara e distintamente e nas quais encontra a máxima satisfação. E para que, enfim, o próprio afeto se desvincule do pensamento da causa exterior e se vincule a pensamentos verdadeiros. (E5P4C).

O segundo momento de felicidade é o gozo da razão como uma emoção de alegria. Mas também é o começo do amor intelectual de Deus, pois o “esforço supremo da mente e sua virtude suprema consistem em compreender as coisas por meio do terceiro gênero de conhecimento.” (E5P25). Isso porque a razão envolve a compreensão do que é necessário. E quanto mais compreendemos as coisas por meio da razão mais desejamos compreendê-las dessa forma. Podemos concluir, assim, que a razão envolve entender Deus como a causa necessária de todas as coisas, e todas as coisas como os efeitos necessários da Causa imanente. O conhecimento da necessidade torna todos os afetos inteligíveis. Como resultado, “à medida que a mente compreende as coisas como necessárias, ela tem um maior poder sobre os seus afetos, ou seja, deles padecem menos.” (E5P6) E é, portanto, da razão a maior satisfação que podemos ter, e conseqüentemente somos afetos por uma suprema alegria.

Portanto, por meio da razão, somos capazes de compreender a nós mesmos (como essência singular eterna) e nossos afetos no contexto da eternidade, expandindo o campo da experiência, que é o estado de felicidade. E desde a primeira definição da *Ethica*, essa mente eterna está em

ação. Essa ação humana eterna é conhecida como terceiro gênero de conhecimento, na qual a mente é capaz de compreender a si mesma, as coisas e Deus sem referência ao tempo. Assim, “a nossa mente, à medida que concebe a si mesma e o seu corpo sob a perspectiva da eternidade, tem, necessariamente, o conhecimento de Deus, e sabe que existe em Deus e que é concebida por Deus.” (EVP30). Porque compreender a si mesmo implica compreender a natureza de nossa própria causa e as causas de todas as coisas às quais estamos ligados por uma necessidade eterna.

Embora esse amor para com Deus não tenha tido um princípio (pela presente proposição), tem, entretanto, todas as perfeições do amor, como se ele tivesse tido um nascimento, tal como simulamos no corolário. Da proposição. Precedente. E não há, aqui, nenhuma diferença, a não ser a de que a mente teve, desde a eternidade, essas mesmas perfeições que simulamos lhe terem sobrevivido agora, e as teve acompanhadas da ideia de Deus como causa eterna. E se a alegria consiste na passagem para uma perfeição maior, a beatitude deve, certamente, consistir, então, em que a mente está dotada da própria perfeição. (E5P33S).

E é por isso que Spinoza inicia sua filosofia com uma definição de causa de si: “por causa de si compreendo aquilo cuja essência envolve a existência, ou seja, aquilo cuja natureza não pode ser concedida senão como existente” (E1Def1). Portanto, a entrada na eternidade pela ontologia do necessário é o que nos faz felizes.

CONCLUSÃO

Junto com a necessidade de entender bem os nossos afetos, Spinoza nos coloca no âmbito ético ao nos retirar de uma moralidade que frequentemente nos isola e resulta em sentimentos tristes que diminui o nosso *conatus*, libertando-nos para caminhar em direção a uma interação com mais pessoas, pois é na coletividade que nossa potência se fortalece. Segundo nosso filósofo, a *Ethica* não é um manual prático de regras a seguir, mas um guia prático para ajudar cada pessoa a encontrar seu próprio caminho para a felicidade.

Conhecer nossos afetos nos permitirá ter acesso à liberdade. Além de conhecê-los, é importante interpretá-los e determinar que sentido eles dão à nossa existência. Os afetos mais fortes são aqueles alimentados

pelo conhecimento, e estes nunca podem ser vinculados a um código de conduta porque isso comprometeria a própria liberdade. Conhecer nossos afetos nos permite transitar de um estado de perfeição para outro maior. Dessa forma, preferimos buscar bons encontros que façam sentir-nos mais alegres, em vez de encontros e ideias que nos façam nos sentirmos tristes.

Os afetos fazem parte da natureza humana. Eles também podem ser vistos como uma variação ao lado de nossas capacidades. A filosofia de Spinoza não clama por julgar os afetos a ponto de desmerecê-los como ações humanas, mas sim por compreendê-los. Somos livres para expressar nossas paixões sem sermos punido, sem negar sua legitimidade ou sem escondê-las. Pois é compreensão dos afetos que nos mostra a passagem de uma vida de servidão para uma vida de liberdade, uma vida feliz.

Podemos afirmar, dessa maneira, que a razão é necessária para orientar a vida, mas é verdade que ocasionalmente nossa mente se desorganiza, deixando-nos à mercê de afetos que nos levam à servidão. Além de compreender, devemos nos perguntar como nos afastar das ideias inadequadas e encontros que não nos conduzem ao nosso desejo fundamental de vida, que é ser feliz. Spinoza nos incita a pensar no âmbito de um desejo de se preservar e encontrar o que é útil. O que é certo é que existe algo comum que podemos descobrir em um corpo externo que seja capaz de nos fazer sentir alegria. Tudo isso ocorrerá quando tivermos a capacidade de escolher os bons encontros.

Podemos concluir que a servidão é referida à escravidão da mente humana, às paixões e aos desejos. Assim, as pessoas são escravizadas por suas próprias emoções e desejos, e que a verdadeira liberdade é alcançada através do conhecimento e da compreensão da natureza dessas paixões e desejos. Spinoza acreditava que, ao entender esses impulsos, as pessoas podem libertar-se delas e viver de acordo com a razão. Dessa forma, a liberdade é a condição na qual a mente humana é capaz de compreender e agir de acordo com a razão. Segundo Spinoza, para alcançar a verdadeira liberdade, as pessoas devem compreender a natureza de suas paixões e desejos e aprender a regulá-los. Ele também acreditava que a liberdade está relacionada a conhecer a verdade, compreender a natureza

da existência e do universo e viver de acordo com a razão.

De acordo com Spinoza, a felicidade é o estado de compreensão da própria natureza, bem como a natureza do universo. Isso envolve o estudo da filosofia e da ciência, assim como o esforço para entender as paixões e os desejos que nos escravizam. Ele acreditava que alcançar a felicidade exigia a compreensão da verdade e a compreensão da essência das coisas. Segundo nosso filósofo, o objetivo da vida é alcançar a razão e o entendimento, porque isso leva a uma vida virtuosa e feliz. As pessoas são movidas por suas paixões e desejos, e a verdadeira felicidade só pode ser alcançada quando esses impulsos são compreendidos e controlados. Ele também sustenta que a felicidade está ligada a um estado de calma e paz interior, e que a tranquilidade interior resulta de uma vida boa e de uma mente com menos paixões tristes. Ele também acredita que o amor intelectual de Deus e a contemplação da natureza são fontes de felicidade e bem-estar.

Digamos que compreender a nós mesmos, ou seja, nossos afetos, que é fortalecer nossas mentes diante das paixões, resulta em uma emoção de alegria que é acompanhada pela ideia de Deus ou da mente infinita como sua causa. Assim, amamos a Deus na proporção de quanto nossas mentes são fortalecidas por esse afeto de alegria diante das paixões. Esse é um amor intelectual de Deus, isto é, uma alegria que nasce de uma compreensão de si mesmo que é acompanhada pela ideia de Deus como sua causa. Segundo Spinoza, há várias denominações do amor que tendem a Deus e esse amor é o mais alto grau que podemos desejar, um amor como compreensão, como sumo bem. Será, então, o amor um afeto capaz de aumentar a nossa potência nos possibilitando alcançar a felicidade? É possível, através do amor, que possamos sair da servidão e nos tornar mais livres?

O amor intelectual de Deus nos abre à experiência do múltiplo simultâneo. “Quem tem um corpo apto a muitas coisas tem uma mente cuja maior parte é eterna” (E5P39). Relacionando-se com as coisas a partir deste afeto regulador, somos capazes de amá-las sem obsessão, de nos alegrarmos sem excessos. É assim que o percurso da felicidade vai do amor

obsessivo à experiência do múltiplo simultâneo, que o amor intelectual de Deus proporciona. Quanto mais somos livres para amar as coisas sem dependência, obsessão e excesso, mais nos realizamos plenamente como essências singulares.

A beatitude consiste no amor para com Deus (pela prep. 36, justamente com seu esc.), o qual provém, certamente, do terceiro gênero de conhecimento (pelo corolário da proposição 32). Por isso, esse amor (pelas proposições 59 e 3 da P. 3) deve estar referida à mente, à medida que esta age, e, portanto (pela def. 8 da P. 4), ele é a própria virtude. Este era o primeiro ponto. Por outro lado, quanto mais a mente desfruta desse amor divino ou dessa beatitude, tanto mais ela compreende (pela proposição 32), isto é (pelo corolário da proposição 3), tanto maior é o seu poder sobre os afetos e (pela proposição 38) tanto menos ela padece dos afetos que são maus. Assim, porque a mente desfruta desse amor divino e dessa beatitude, ela tem o poder de refrear os apetites lúbricos. E como a potência da mente humana para refrear os afetos consiste exclusivamente no intelecto, ninguém desfruta, pois, dessa beatitude porque refreou os seus afetos, mas em vez disso, o poder de refrear os apetites lúbricos é que provem da própria beatitude. (E5P42D).

Portanto, Spinoza acreditava que a felicidade servia como um modo de expressar a potência de Deus. Não conseguiremos alcançar o mais puro amor intelectual por Deus até que compreendamos verdadeiramente a rede pela qual pertencemos como modos finitos da substância e aprendemos a priorizar nossos sentimentos e ações que nos trazem alegria. E amando a Deus, seremos capazes de amar a nós mesmo e uns aos outros. Esse é, sem dúvida, o árduo, mas possível caminho que conduz à felicidade.



REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena. **A nervura do real:** Imanência e liberdade em Espinosa II. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CHAUI, Marilena. **Contra a servidão voluntária.** Organizador Homero Santiago. 2. ed., 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CHAUI, Marilena. **Desejo, paixão e ação na Ética de Espinosa.** São Paulo: Cia das letras, 2011.

CHAUI, Marilena. **Espinosa:** uma filosofia da liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza. (Vincennes 1978-1981).** Tradução de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Francisca Eveline Barbosa de Castro, Hélio Rabello Cardoso Júnior, Jefferson Alves de Aquino. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019. (Coleção *Argentum Nostrum*).

DELEUZE, Gilles. **Spinoza et le problème de l'expression.** Paris: Minuit, 1968.

FRAGOSO, Emanuel. A definição de Deus na *Ética* de Benedictus de Spinoza. **Kalagatos**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 11–31, 2005. DOI: 10.23845/kalagatos.v2i4.5678.

FRAGOSO, Emanuel. As definições de *causa sui*, substância e atributos na *Ética* de Benedictus de Spinoza. **Revista Crítica**, v. 2, n.1 Londrina: jun. 2001.

FRAGOSO, Emanuel. Os modos infinitos e finitos na *Ética* de Benedictus Spinoza. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 13–16, 1997. DOI: 10.5433/2176-6665.1997v2n2p13.

JAQUET, Chantal. **A unidade do corpo e da mente:** afetos, ações e paixões em Espinosa. Tradução de Marcos Ferreira de Paula e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LENOIR, Frédéric. **Sobre a felicidade:** uma viagem filosófica. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

LIMA, Erika Belém. **A trajetória para a beatitude em Benedictus de Spinoza.** 2009. Dissertação (Mestrado Acadêmico de Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em

Filosofia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UECE-0_cccdf7a289e5a44414f870_e48da46f32.

MARIAS, Julian. **A Felicidade Humana**. São Paulo: Duas Cidades, 1989.

PAULA, Marcos Ferreira de. **Alegria e Felicidade**: A presença do Processo Liberador em Espinoza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SPINOZA, Benedictus de. **Breve Tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar**. Tradução de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução bilíngue latim-português de Tomaz Tadeu. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2010.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado da Emenda do Intelecto**. Tradução de Cristiano Novaes de Rezende. Campinas: Unicamp, 2015.

